

RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.795 - RJ (2014/0200061-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : CARLA BARROS GAZAL RANGEL
ADVOGADOS : FRANCISCO DE ASSIS PESSANHA FILHO - RJ108631
JOSÉ OLÍMPIO DOS SANTOS SIQUEIRA E OUTRO(S) - RJ098510
JONAS LOPES DE CARVALHO NETO - RJ129019
THIAGO PORTO LEÃO E OUTRO(S) - RJ183319
GABRIEL BERABA VILLARIM E OUTRO(S) - DF050911
RECORRIDO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : EDMUNDO NOGUEIRA COELHO E OUTRO(S) - RJ021504
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto pela recorrente, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 131/132):

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM RECURSO DE APELAÇÃO. MANUTENÇÃO DO DECISUM. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA CALCADA EM DANOS MORAIS DECORRENTES DE SUPOSTA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO. ENCERRAMENTO DE CONTA DE FORMA UNILATERAL. EXISTÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO ACERCA DO NÃO INTERESSE NA MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO PRATICOU QUALQUER ILICITUDE OU ABUSIVIDADE NO SEU AGIR. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS IMPOSTOS POR RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. NORMA QUE NÃO EXIGE QUE AS PARTES APONTEM AS RAZÕES OU OS MOTIVOS DA RESCISÃO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 160/166).

Nas razões recursais, a recorrente aponta violação do art. 39, IX, do CDC, além de divergência jurisprudencial, sustentando a ilegalidade da recusa injustificada em manter conta bancária na instituição recorrida. Destacou que (e-STJ fl. 187):

(...) ficou evidente a violação ao artigo 39, IX do Diploma Consumerista Pátrio, que veda ao fornecedor de produtos e serviços a recusa na prestação dos serviços diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento.

Nesse sentido, é o atual entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que preconiza em sua jurisprudência que não basta que a instituição financeira informe ao cliente que pretende encerrar sua conta, mas deve informar, ainda, os motivos que a levaram a tomar tal atitude.

Alega ofensa aos arts. 186 e 187 do CC/2002, pretendendo o reconhecimento de danos morais pelo encerramento injustificado do contrato, argumentando (e-STJ fl. 188):

A angústia decorrente do transtorno causado pelo banco Recorrido, haja vista a Recorrente ter sua conta encerrada sem qualquer justificativa, gerou danos à sua honra, o que se agrava por ser uma conta com mais de 15 (quinze) anos de existência, não deixando qualquer dúvida acerca da ocorrência do dano moral.

É cediço que, conforme entendimento adotado hodiernamente pela doutrina e jurisprudência, o dano moral surge in re ipsa, vale dizer, do próprio registro do fato, bastando a constatação deste para se concretizar o direito à reparação.

Assim, a indenização por dano moral é cabível independentemente de existir ou não qualquer prova a demonstrar prejuízo concreto decorrente do ato lesivo.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 231/236 e 237/242).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ao afastar a regra do art. 39, IX, do CDC, quanto à inadmissibilidade de recusa da prestação de serviços, o Tribunal de origem adotou entendimento que se harmoniza com a jurisprudência do STJ, no sentido de que a mencionada regra não se aplica às instituições financeiras. Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. CONTA-CORRENTE E SERVIÇOS RELACIONADOS. RESCISÃO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ENCERRAMENTO DE CONTA-CORRENTE APÓS NOTIFICAÇÃO PRÉVIA (RESOLUÇÃO BACEN 2.025/93, ART. 12). CARÁTER ABUSIVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO (CC/2002, ART. 473). INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE CONTRATAR. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 39, IX, DO CDC. RECURSO PROVIDO.

1. Em regra, nos contratos bancários, envolvendo relações dinâmicas e duráveis, de execução continuada, *intuitu personae* - como nos casos de conta-corrente bancária e de cheque especial -, que exigem da instituição financeira frequentes pesquisa cadastral e análise de riscos, entre outras peculiaridades, não há como se impor, como aos demais fornecedores de produtos e serviços de pronto pagamento pelo consumidor, a obrigação de contratar prevista no inciso IX do art. 39 do CDC.

2. Conforme a Resolução BACEN/CMN nº 2.025/1993, com a redação dada pela Resolução BACEN/CMN nº 2.747/2000, podem as partes contratantes rescindir unilateralmente os contratos de conta-corrente e de outros serviços bancários (CC/2002, art. 473).

3. Recurso especial provido.

(REsp 1538831/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 17/08/2015)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRETENSÃO EXARADA POR EMPRESA QUE EFETUA INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA DE MOEDA VIRTUAL (NO CASO, BITCOIN) DE OBRIGAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A MANTER CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ANTECEDIDO POR REGULAR NOTIFICAÇÃO. LICITUDE. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

(...)

3. O encerramento do contrato de conta-corrente, como corolário da autonomia privada, consiste em um direito subjetivo exercitável por qualquer das partes contratantes, desde

que observada a prévia e regular notificação. 3.1 A esse propósito, destaca-se que a Lei n. 4.595/1964, recepcionada pela Constituição Federal de 1988 com *status* de lei complementar e regente do Sistema Financeiro Nacional, atribui ao Conselho Monetário Nacional competência exclusiva para regular o funcionamento das instituições financeiras (art. 4º, VIII). E, no exercício dessa competência, o Conselho Monetário Nacional, por meio da edição de Resoluções do Banco Central do Brasil que se seguiram, destinadas a regulamentar a atividade bancária, expressamente possibilitou o encerramento do contrato de conta de depósitos, por iniciativa de qualquer das partes contratantes, desde que observada a comunicação prévia. A dicção do art. 12 da Resolução BACEN/CMN n. 2.025/1993, com a redação conferida pela Resolução BACEN/CMN n. 2.747/2000, é clara nesse sentido.

4. Atendo-se à natureza do contrato bancário, notadamente o de conta-corrente, o qual se afigura *intuitu personae*, bilateral, oneroso, de execução continuada, prorrogando-se no tempo por prazo indeterminado, não se impõe às instituições financeiras a obrigação de contratar ou de manter em vigor específica contratação, a elas não se aplicando o art. 39, II e IX, do Código de Defesa do Consumidor. Revela-se, pois, de todo incompatível com a natureza do serviço bancário fornecido, que conta com regulamentação específica, impor-se às instituições financeiras o dever legal de contratar, quando delas se exige, para atuação em determinado seguimento do mercado financeiro, profunda análise de aspectos mercadológico e institucional, além da adoção de inúmeras medidas de segurança que lhes demandam o conhecimento do cliente bancário e de reiterada atualização do seu cadastro de clientes, a fim de minorar os riscos próprios da atividade bancária.

4.1 Longe de encerrar abusividade, tem-se por legítima, sob o aspecto institucional, a recusa da instituição financeira recorrida em manter o contrato de conta-corrente, utilizado como insumo, no desenvolvimento da atividade empresarial, desenvolvida pela recorrente, de intermediação de compra e venda de moeda virtual, a qual não conta com nenhuma regulação do Conselho Monetário Nacional (em tese, porque não possuiriam vinculação com os valores mobiliários, cuja disciplina é dada pela Lei n. 6.385/1976). De igual modo, sob o aspecto mercadológico, também se afigura lícita a recusa em manter a contratação, se, conforme sustenta a própria insurgente, sua atividade empresarial se apresenta, no mercado financeiro, como concorrente direta e produz impacto no faturamento da instituição financeira recorrida. Desse modo, o proceder levado a efeito pela instituição financeira não configura exercício abusivo do direito.

5. Não se exclui, naturalmente, do crivo do Poder Judiciário a análise, casuística, de eventual desvirtuamento no encerramento do ajuste, como o inadimplemento dos deveres de informação e de transparência, ou a extinção de uma relação contratual longeva, do que, a toda evidência, não se cuida na hipótese ora vertente. Todavia, o propósito de obter o reconhecimento judicial da ilicitude, em tese, do encerramento do contrato, devidamente autorizado pelo órgão competente para tanto, evidencia, em si, a improcedência da pretensão posta.

6. Recurso especial improvido.

(REsp 1696214/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018)

Assim, incide a Súmula n. 83 do STJ, afastando-se a obrigatoriedade de manutenção do contrato de conta corrente.

Mantida a conclusão do TJRJ quanto à inexistência de ilegalidade perpetrada pelo recorrido, fica prejudicada a análise de ofensa aos arts. 186 e 187 do CC/2002.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator